

**I EXAME DE ORDEM / 1998**  
**DIREITO CIVIL**

**Prova Prático Profissional (Subjetiva)**

**Data: 30.05.98**

**I - PEÇA (7 pontos)**

**DADO: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL**

**PEDIDO: EXERCITAR A DEFESA DO DEVEDOR**

" Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito  
Primeira Vara Cível

JOSÉ DA SILVA, brasileiro, solteiro, empresário, domiciliado nesta Capital, onde reside na Rua 25, Quadra 12, portador da CI nº 3.725.332-SSP/DF e CIC nº 999.321.000-99, por seu procurador (doc. nº 01), ANTONIO PEDRO, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/DF, sob o nº 20.000, com escritório na Rua 10, Quadra 36, vem a presença de V. Exa.,

nos termos dos artigos 585, inc. I; 566, inc. I; 580, § único; 583; 586; 597, 1ª parte, combinado com o art. 646 e segs. do Cód. Proc. Civil, entre outras disposições aplicáveis a espécie,

propor

**EXECUÇÃO**

de título extrajudicial, representado por Nota Promissória, firmada em 15 de janeiro de 1998 e, com vencimento em 15 de março de 1998, no valor de 27.735,41, contra

ALBERTO CANTO, brasileiro, casado, agricultor, domiciliado nesta Capital, onde reside no Plano Piloto, na SQS 012, Bloco "A", Apto 201, CEP 70.106-900, portador

da CI n° 3.725.233-SSP/DF e CIC n° 999.321.000-89 e,  
contra o avalista

JOSÉ SOBRINHO, brasileiro, casado, agricultor,  
domiciliado nesta Capital, onde reside no Plano Piloto, na  
SQS 012, Bloco "A", Apto 101, CEP 70.106-900,  
tudo segundo os fundamentos a seguir alinhados.

O executado, firmou a Nota Promissória já descrita,  
avalizada e autônoma, que embora vencido o prazo, voluntariamente não  
efetuou o pagamento .

Ante o exposto, o exequente, por seu advogado, vem a  
presença de v. Exa. requerer:

- 1- a citação do devedor ALBERTO CANTO no endereço da qualificação, por Oficial de Justiça, para que em 24 (vinte e quatro) horas, pague o principal, acrescido de correção, juros de 5% ao mês, multa de 15% incidente sobre o valor total da dívida;
- 2- sob pena de não o fazer, serem penhorados, ou desde logo arrestados tantos bens quantos bastem para a garantia da execução e de seus acessórios;
- 3- a condenação do executado em custas processuais e honorários advocatícios, à base de 25% sobre o total da condenação ;
- 4- o prosseguimento do feito, em todos os seus termos, até final satisfação do exequente;
- 5- a procedência do pedido;
- 6- a averbação em Cartório de Registro de Imóveis da penhora, caso esta recaia sobre bem imóvel; e,
- 7- provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, testemunhal, juntada posterior de documentos e, o depoimento pessoal de ALBERTO CANTO, pena de confesso. .

Dá, à causa, o valor de R\$ 100,00.

P. deferimento

Brasília, em 20 de março de 1998

ANTONIO PEDRO  
Advogado

**DADOS:**

- 1- A citação ocorreu em 09.04.98;
- 2- Oficial de Justiça penhorou um veículo, Mercedes-Benz, E-320, deixando o executado como depositário do bem, avaliando em 105.000,00;
- 3- O mandado cumprido foi junto aos autos em 17.04.98;

**PEDIDO:**

- Redigir a defesa do executado, considerando esses dados.

**ATENTAR:**

- 1- Para a forma da ação de cognição de natureza incidental do processo de execução;
- 2- para a fundamentação;
- 3- correção gramatical;
- 4- interpretação e exposição;
- 5- disposições legais;
- 6- para os prazos.

DEVEM SER OBSERVADOS OS ASPECTOS: PROCESSUAL / CIVIL (FUNDAMENTAÇÃO), GRAMATICAL (ORTOGRAFIA, CONCORDÂNCIA, ACENTUAÇÃO, ETC) E FORMAL DA PETIÇÃO - É PERMITIDA A UTILIZAÇÃO DE CALENDÁRIO PARA FACILITAR A CONTAGEM DOS PRAZOS.
---

**!!! NÃO COLOQUE O SEU NOME EM NENHUM LUGAR DA PROVA. USE NOME DO ADVOGADO E NÚMERO DE OAB FICTÍCIOS.**

## II - QUESTÕES PRÁTICAS

### 1º QUESTÃO ( 1 ponto)

PAULO e MARIA maiores de 21 anos, decidiram-se casar, e providenciaram a habilitação.

Decorrido o prazo legal, fixaram o dia 17 de maio do corrente ano, um domingo, para a celebração do ato à noite, na residência da noiva, às 20:00 horas.

Nesse dia, presente os noivos, o presidente do ato, o Oficial de Registro, 4 testemunhas, as portas abertas da casa, os nubentes afirmaram o propósito de se casarem livre e espontaneamente.

Verificando o consentimento sucessivo, PAULO é acometido de ataque cardíaco, vindo a falecer .

RESPONDA. sucintamente, fundamentando, se a celebração do casamento pode ser havida como válida:

### 2º QUESTÃO ( 1 ponto)

PAULO e MARIA casados há 12 anos, outorgaram procuração comum, em caráter irrevogável, por instrumento público, firmada em 15 de agosto de 1990, ao amigo comum JOÃO DA SILVA para que vendesse o imóvel representado pelo apartamento nº 601, da Rua Marechal Rondon nº 135, situado em Salvador, Bahia.

PAULO veio a falecer em 11 de novembro de 1991 e, MARIA revogou a procuração em 28 de novembro de 1991.

JOÃO DA SILVA, utilizando o mandato, transferiu a propriedade do imóvel para VENCESLAU em 21 de novembro de 1991, firmando inclusive escritura pública.

RESPONDA. sinteticamente, invocando os dispositivos legais, se a transferência da propriedade é válida:

### 3º QUESTÃO ( 1 ponto)

PAULO propõe ação, pelo procedimento ordinário, contra JOÃO, PEDRO e MANUEL.

Após terem sido citados JOÃO e PEDRO, PAULO protocolou petição desistindo de prosseguir na ação contra MANUEL.

O pedido é atendido pelo MM Juiz, que excluiu MANUEL da relação jurídica processual.

RESPONDA. fundamentando resumidamente, se o MM Juiz poderia de plano excluir MANUEL da relação jurídica processual:

## DIREITO TRIBUTÁRIO

**Prova Prático Profissional (Subjetiva)**

**Data: 30.05.98**

**I - PEÇA (7 pontos)**

Em 30 de maio do corrente ano, o "Sindicato dos Trabalhadores Autônomos do Distrito Federal" foi notificado pela Secretaria de Fazenda do Distrito Federal a pagar o IPTU do imóvel de sua propriedade que ocupa na SQN 100, Bloco Z, Loja 39, relativo aos exercícios de 1994 até 1998, fixando prazo fatal de 30 dias, a partir daquela data, para efetuar o recolhimento do referido tributo, sob pena de inscrição em dívida ativa e subsequente execução fiscal. Recorreu na esfera administrativa alegando estar amparado pela imunidade tributária, tendo como resposta, além da negativa do fisco, informação de que "a partir deste exercício financeiro todos os benefícios fiscais, inclusive a imunidade, estão suspensos, tendo em vista as dificuldades de caixa por que vem passando o GDF". Procurado para defender a entidade sindical, formule a peça jurídica adequada ao feito.

DEVEM SER OBSERVADOS OS ASPECTOS: PROCESSUAL / TRIBUTÁRIO (FUNDAMENTAÇÃO), GRAMATICAL (ORTOGRAFIA, CONCORDÂNCIA, ACENTUAÇÃO, ETC) E FORMAL DA PETIÇÃO - É PERMITIDA A UTILIZAÇÃO DE CALENDÁRIO PARA FACILITAR A CONTAGEM DOS PRAZOS.

**!!! NÃO COLOQUE O SEU NOME EM NENHUM LUGAR DA PROVA. USE NOME DO ADVOGADO E NÚMERO DE OAB FICTÍCIOS.**

## II - QUESTÕES PRÁTICAS

### 1º QUESTÃO ( 1 ponto)

Cajazeiras, promissora cidade do sertão paraibano, com cerca de 80 mil habitantes, conhecida como " A Cidade que Ensinou a Paraíba a Ler", procurando melhorar ainda mais o nível educacional dos seus Municípios, teve publicada no seu Diário Oficial uma lei concedendo isenção do Imposto de Renda que lhe pertence, nos termos do art. 158, I - CF para as Pessoas Físicas ou Jurídicas que lhe prestem serviços e que financiem os estudos de mais de dois alunos carentes, dependendo da renda tributável de cada beneficiário da isenção. Comente a referida lei, devidamente fundamentada, à luz das disposições legais vigentes.

### 2º QUESTÃO ( 1 ponto)

Certo Deputado Distrital, criticando o Poder Executivo pela maneira como vem modificando a base de cálculo do IPTU e da TLP, sobretudo nos locais de população de baixo poder aquisitivo, apresentou projeto de lei promovendo alteração na sistemática adotada quanto à base de cálculo desses dois tributos. Assim, com relação aos imóveis com valor acima de 50 mil reais, a base de cálculo da Taxa de Limpeza Pública -TLP seria a mesma do IPTU, ou seja, o valor venal dos imóveis. Como Assessor Legislativo, a quem a matéria foi distribuída para exame, qual seria seu parecer, sucintamente, à luz dos aspectos de Legalidade e de Constitucionalidade? Fundamente.

### 3º QUESTÃO ( 1 ponto)

O Vereador **Angelicus Cajazeirensis**, candidato a Deputado Estadual, preocupado com a emigração de jovens de Cajazeiras, rumo aos grandes centros urbanos, sobretudo Brasília, em busca de melhores condições de vida, proferiu discurso durante a inauguração de uma Escola Técnica Federal, na zona rural do Município, com a seguinte promessa: "Cidadãos Cajazeirenses, se eleito for, meu primeiro projeto de lei na Assembléia Legislativa paraibana será de incentivo à geração de emprego e renda neste Município. Proporei a isenção de IPTU, de ITBI, de ISS, de ICMS e de IPV A, pelo prazo de 5 anos, para as indústrias que se instalarem nesta região e gerarem, no mínimo, 50 empregos diretos". Você, como cidadão bem informado, que comentário faria a respeito de tal proposta? Fundamente sua resposta na legislação pertinente.

## I EXAME DE ORDEM / 1998 DIREITO PENAL

**Prova Prático Profissional (Subjetiva)**

**Data: 30.05.98**

## I - PEÇA (7 pontos)

**Maurício de Oliveira Castro**, foi denunciado pelo MP por acusação de prática do crime capitulado no art. 121 § 2º II e IV, do CPB, contra a pessoa de **Mario Corrêa Dutra**. O Juiz **Francisco de Assis Jesus** recebendo a denúncia determinou sua citação, marcando, após, data para o interrogatório. Você, advogado de **Maurício**, ofereceu as alegações preliminares no prazo, arrolando testemunhas.

Durante a instrução criminal, **Renato Barroso de Alencar** (primo de **Mario**), testemunha arrolada pelo MP, em certo trecho do seu depoimento (fls. 27 e v.) contou “que ele, **Karen de Lima Ferreira, Milton de Paula Tavares e Mario**, se encontravam no restaurante “**Pour Ia Noblesse**”, sito no **Centro Comercial Astória**, Lago Sul, quando **Maurício** acompanhado por sua noiva **Ester**, ao passar pela mesa em que se encontrava o grupo esbarrou propositamente no braço de **Mario**, fazendo com que este derramasse o conteúdo do copo por sobre o vestido de **Karen**”. Adicionando “que, em vista da reação de **Mario** chamando-o de idiota e estúpido, **Maurício** fez que se retirava e quando **Mario** sentou-se, já de costas para ele, subitamente sacou sua arma, desfechando vários disparos, sendo que um deles atingiu **Mario** que, mortalmente ferido caiu ao solo”. \*\* **Karen de Lima Ferreira**, às fls. 28 e v. referiu-se “que **Maurício** não esbarrou propositamente e que até se desculpou, mas que **Mario** irritadíssimo, além de chamá-lo de idiota e estúpido, xingou-o com palavras de baixo calão ofendendo sua honra e de **Ester**, além de tentar agredir esta última que estava tentando apaziguar os ânimos. Que naquele exato momento **Maurício** sacou sua arma fazendo um disparo que atingiu **Mario**. \*\* **Milton de Paula Tavares** (fls. 29) disse “achar que o esbarrão foi proposital, embora não visse razão, pois autor e vítima não se conheciam. Que **Mario** chamou **Maurício** de idiota e imbecil e quando ia sentar-se **Maurício** fez vários disparos atingindo **Mario** pelas costas”. \*\* **Fernando de Almeida Rosas**, cliente que se encontrava em mesa próxima, testemunha também arrolada pelo MP, às fls.30, “disse que **Maurício** se desculpou dizendo até que mandaria buscar um novo chopp e que pagaria a despesa de lavanderia, mas que **Mario** irritadíssimo, xingou **Maurício** de idiota, estúpido e “chifrudo”, colocando os dois indicadores na testa e que partiu em direção a **Ester** com a mão espalmada, notando-se estar embriagado. **Maurício**, naquele exato momento, sacou sua arma e fez um disparo que atingiu **Mario**”. Adicionou, ainda “que **Maurício** estava com o

braço esquerdo na tipóia”. \*\* **Ester Mendonça**; noiva de **Maurício**; testemunha comum disse às fls. 32 e v. “que não viu a mínima razão para se dizer que **Maurício** esbarrou propositadamente. Que **Maurício** procurou se desculpar, sugerindo mandar buscar um outro chopp e até pagar a lavagem do vestido. Contudo **Mario**, que aparentava estar embriagado, xingou-o de idiota e estúpido e ainda de “chifrudo”, fazendo gestos com os indicadores, para em seguida avançar para ela, que estava tentando apaziguar os ânimos, com a menção de estapeá-la. **Maurício**, então, que estava com a mão esquerda gessada; sacou de sua arma com a mão direita e fez um disparo contra **Mario** que incontinentemente caiu ao solo”. \*\* **Emílio de Lima Cezar**, garçom do restaurante, também testemunha comum às partes, disse às fls. 34 “que a vítima já havia bebido 4 ou 5 doses de whisky e que era useiro e vezeiro em criar casos idênticos. Que estava servindo o Dr. **Rosas**, na mesa ao lado, e só percebeu do que se tratava quando o moço dizia para o “seu” **Mario**: “Desculpe, foi sem querer. Eu peço um chopp e pago a lavagem do vestido”. Mas “seu” **Mario** que era muito nervoso chamou o rapaz de idiota; estúpido e “chifrudo” e partiu para a moça como se fosse dar um tapa. O moço a quem eu soube depois que era dono e morador de uma chácara distante do Plano Piloto, que estava até com a mão enfaixada, puxou sua arma e fez um disparo contra o “seu” **Mario**”. \*\* **Ilton Pacheco Oliveira**; gerente do restaurante, também testemunha comum, disse às fls. 40 “que na hora se encontrava no escritório do restaurante e somente ouviu o disparo. Quando chegou ao local: “seu” **Mario** já estava agonizando”. Complementou “que já esperava que isto acontecesse algum dia, pois “seu” **Mario**, cliente antigo, já havia criado uma infinidade de casos semelhantes, pois era muito nervoso e brigava por qualquer coisinha”. Completou: **“Bem que a minha mulher me avisou para tomar cuidado com ano bissexto... a casa ia tão bem... paciência...”** \*\*

No laudo do Instituto de Criminalística para onde o revólver fora encaminhado para os exames de eficiência, recentidade de disparo e confronto balística os peritos atestaram que, dos seis cartuchos que se encontravam no tambor, um deles havia sido deflagrado, e que, de acordo com o exame de confronto balístico, a projétil retirado do corpo de **Mario** fora disparado pela arma apreendida e apresentada como sendo a usada por **Maurício**.

No laudo de Exame Cadavérico, acostado aos autos, os peritos do IML, no item Exame das Lesões, assim se referiram: “ferimento perfuro-contuso provocado por projétil de arma de fogo localizado na região torácica direita”. Como conclusão: “morte decorrente de anemia aguda, devido a hemorragia interna determinada por transfixação do pulmão por ação de instrumento

pérfuro contundente (projétil de arma de fogo)”.

Terminada a inquirição das testemunhas, o **Juiz Francisco de Assis Jesús** mandou dar vista dos autos ao MP, tendo o promotor **Samuel Ribeiro Salles**, em sua peça, enfatizando os depoimentos de **Renato** e **Milton**, finalizou: “**Comprovada a autoria e a materialidade, requer o MP seja o réu pronunciado e submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri**”. (Processo nº 322/96). Após, você foi intimado para cumprimento das providências cabíveis no dia 26 de fevereiro/92 (4ª feira). Peticione, datando sua peça no último dia do prazo.

DEVEM SER OBSERVADOS OS ASPECTOS: PROCESSUAL / PENAL (FUNDAMENTAÇÃO), GRAMATICAL (ORTOGRAFIA, CONCORDÂNCIA, ACENTUAÇÃO, ETC) E FORMAL DA PETIÇÃO - É PERMITIDA A UTILIZAÇÃO DE CALENDÁRIO PARA FACILITAR A CONTAGEM DOS PRAZOS.

**!!! NÃO COLOQUE O SEU NOME EM NENHUM LUGAR DA PROVA. USE NOME DO ADVOGADO E NÚMERO DE OAB FICTÍCIOS.**

## II - QUESTÕES PRÁTICAS

### 1º QUESTÃO ( 1 ponto)

Orlando, Ananias e Demetrio, respondem a ação penal, perante o Juízo da 25ª Vara Criminal. O Juiz, por razões diversas, determinou a citação editalícia dos réus, determinando que o prazo do edital, em relação a Orlando fosse de 5 dias; Ananias 15 dias; Demetrio 30 dias. Dizer de forma sucinta os motivos das citações, com referência a cada um deles.

### 2º QUESTÃO ( 1 ponto)

Milton, por meio de publicação na imprensa escrita no dia 5 de maio de 1996, cometeu, contra a pessoa de Alice, o crime previsto no art. 21 da Lei n.º 5.250/67. Alice tomou conhecimento de tal publicação no dia 7 seguinte e no dia 12 identificou a autoria. No dia 23, ainda de maio, requereu na delegacia a instauração de inquérito policial contra Milton, cujos autos, relatados, subiram a Juízo em 17 de junho. Dois dias após, o MP se pronunciou opinando no sentido de que os autos permanecessem em cartório, aguardando a manifestação da querelante. A sugestão do MP foi acolhida pelo titular do Juízo, no mesmo dia, abrindo vista à parte interessada. Indicar a partir de que ato começou a fluir o direito de Alice e qual o prazo para oferecimento da queixa-crime.

### **3º QUESTÃO ( 1 ponto)**

Carlos, nascido em 3 de abril de 1970, no mesmo dia e mês do ano de 1988, cometeu o crime de lesão corporal leve, vindo a ser condenado à sentença condenatória ocorreu em data de 16 de maio de 1988. Indicar de forma resumida qual o prazo que tem o estado para iniciar a execução da pena.

## **I EXAME DE ORDEM / 1998 DIREITO DO TRABALHO**

### **Prova Prático Profissional (Subjetiva)**

**Data: 30.05.98**

### **I - PEÇA (7 pontos)**

#### Reclamação Trabalhista:

O reclamante, José Silva, em 6/5/98, ajuizou reclamação trabalhista contra o Armazém Barateiro no juízo comum da comarca de Almas Alegres, por não existir Junta de Conciliação e Julgamento com jurisdição na localidade (artigo 112 da Constituição Federal).

Reclamou o pagamento de horas extras, por todo o tempo do contrato de trabalho, alegando que trabalhava 10 (dez) horas por dia e 50 (cinquenta) horas por semana.

O contrato de trabalho teve início em 2 de janeiro de 1990 e rompimento, sem justa causa, em 30 de abril de 1998. O contrato previa jornada de trabalho das 8:00 horas até às 18:00 horas, com 2 (duas) horas de

intervalo para repouso e alimentação, de segunda-feira à sexta-feira.

Defesa do Reclamado:

A defesa apresentada pelo Armazém sustentou a prescrição do direito de reclamar horas extras antes de maio/1993 e que posteriormente a essa data nenhuma hora extra fora praticada, conforme provam os cartões de ponto juntados aos autos e não impugnados pelo reclamante.

Sentença:

A sentença proferida pelo juiz de direito julgou inteiramente procedente a reclamação, afastando a prescrição por entender que ela somente começou a correr a partir da rescisão do contrato de trabalho, mesmo sendo trabalhador urbano, o reclamante. No mérito, desconsiderou os cartões de ponto porque a única testemunha do reclamante dissera que o empregador obrigava a marcação do ponto às 18:00 horas, todos os dias, mas que os empregados continuavam trabalhando até 20:00 horas. O reclamado não fez prova testemunhal a respeito desse tema. Valor da condenação arbitrado pela sentença em R\$ 1.000,00 (hum mil reais) e custas de R\$ 20,00 (vinte reais). As partes tiveram conhecimento da sentença no dia de sua publicação, 21 de maio de 1998.

caro(a) candidato(a):

Elabore RECURSO ORDINÁRIO em nome do Reclamado, Armazém Barateiro, protocolizando o recurso no último dia do prazo, indicando, ainda, o valor das custas pagas e o valor recolhido do depósito recursal.

DEVEM SER OBSERVADOS OS ASPECTOS: PROCESSUAL / TRABALHO (FUNDAMENTAÇÃO), GRAMATICAL (ORTOGRAFIA, CONCORDÂNCIA, ACENTUAÇÃO, ETC) E FORMAL DA PETIÇÃO - É PERMITIDA A UTILIZAÇÃO DE CALENDÁRIO PARA FACILITAR A CONTAGEM DOS PRAZOS.
--

**!!! NÃO COLOQUE O SEU NOME EM NENHUM LUGAR DA PROVA. USE NOME DO ADVOGADO E NÚMERO DE OAB FICTÍCIOS.**

## **II - QUESTÕES PRÁTICAS**

### **1º QUESTÃO ( 1 ponto)**

Quando a reclamação trabalhista não estabelece valor da causa, qual a providência a ser adotada pela Junta ou o Juiz de Direito a quem foi dirigida a demanda?

### **2º QUESTÃO ( 1 ponto)**

Considerando o que dispõe o artigo 845 da CLT (que reclamante e reclamado comparecerão à audiência acompanhados das suas testemunhas ), qual a providência que deverá tomar a parte prejudicada pelo não comparecimento espontâneo de uma de suas testemunhas que se comprometera a comparecer?

### **3º QUESTÃO ( 1 ponto)**

Se o reclamante dá à causa o valor de R\$ 100,00 (cem reais), qual a providência que deve tomar o reclamado para evitar a impossibilidade de interposição de recurso ordinário por força da "exclusiva alçada da Junta"?

## **I EXAME DE ORDEM / 1998 DIREITO ADMINISTRATIVO**

### **Prova Prático Profissional (Subjetiva)**

**Data: 30.05.98**

### **I - PEÇA (7 pontos)**

Visando a amenizar os problemas da seca no Nordeste, o Governo Federal realizou licitação com vistas a contratar consórcio de empresas especializadas para a transposição das águas do Rio São Francisco, a partir dos Municípios de Petrolina -PE e de Juazeiro -BA, para outros Estados como o Ceará, Paraíba, cruzando o município de Cajazeiras, e Rio Grande do Norte, que não contam com o chamado Rio da Integração Nacional. Mesmo sabendo que a

obra trará problema de vazão de água na Usina Hidrelétrica de Sobradinho, com a conseqüente diminuição da geração de energia elétrica e que a própria canalização das águas acarretará incalculáveis prejuízos ambientais para os Estados supostamente beneficiados, o Governo Federal autorizou o início das obras alegando que "o problema social era bem mais grave do que os ambientais, vez que não podiam esperar". O cidadão SEVERUS CAJAZEIRENSIS procurou o ilustre advogado para encontrar o remédio jurídico cabível, buscando a interrupção da obra, por considerá-la lesiva ao patrimônio público e ao meio ambiente. Apresente a peça adequada à espécie.

DEVEM SER OBSERVADOS OS ASPECTOS: PROCESSUAL / ADMINISTRATIVO (FUNDAMENTAÇÃO), GRAMATICAL (ORTOGRAFIA, CONCORDÂNCIA, ACENTUAÇÃO, ETC) E FORMAL DA PETIÇÃO - É PERMITIDA A UTILIZAÇÃO DE CALENDÁRIO PARA FACILITAR A CONTAGEM DOS PRAZOS.

**!!! NÃO COLOQUE O SEU NOME EM NENHUM LUGAR DA PROVA. USE NOME DO ADVOGADO E NÚMERO DE OAB FICTÍCIOS.**

## **II - QUESTÕES PRÁTICAS**

### **1º QUESTÃO ( 1 ponto)**

Devido à seca que assola a região, foi decretado estado de calamidade pública no Município de Cajazeiras -PB. Com isso, o Prefeito Municipal, buscando conter a onda de saques aos supermercados da cidade, autorizou a contratação temporária, por excepcional interesse público, de 3 mil flagelados, a fim de construir açude no Sítio Cachoeirinha que, quando vier a

tão esperada chuva, abastecerá de água potável cerca de 50 comunidades locais. Referidas contratações deverão obedecer a que prazo ?

**2º QUESTÃO** ( 1 ponto)

O Município de Cajazeiras -PB é possuidor de formidável patrimônio artístico, ressaltado nos monumentos públicos e igrejas, de incalculável valor cultural. Visando a atrair para lá turistas do Brasil inteiro, a Prefeitura promoveu licitação, com vistas à contratação de serviços profissionais dos mais renomados arquitetos do Estado da Paraíba, cujo critério de julgamento consiste na avaliação do trabalho técnico ou artístico, de criação ou de desenvolvimento intelectual, pago mediante prêmio, com vistas a restaurar a Catedral de Nossa Senhora da Piedade e a projetar praça e coreto em frente à referida Igreja Matriz. A que modalidade de licitação a Prefeitura deverá lançar mão?

**3º QUESTÃO** ( 1 ponto)

A instalação de linha férrea, pela União, no Estado da Paraíba, cortando rodovia federal, cuja área foi objeto de anterior desapropriação e, estabelecendo na passagem de nível, serventia de superfície, como está conceituada?